

Conf. M. P.

O QUADRO DEMOCRÁTICO TRADICIONAL

Para que a democracia seja viável no séc. XXI, é preciso um outro recomeço.

Mas não se trata de partir do zero.

Pelo contrário, fazer a recuperação da história para que seja possível dar um salto.



E descobrir, vislumbrar, intuir novos paradigmas e assim, talvez, inventar a democracia.

Uma breve lembrança sobre as formas da democracia que tentámos enriquecer e aprofundar:

1) a **democracia formal:**

- a requerer a qualidade dos eleitos, o seu prestar contas a quem os elegeu, o funcionamento de todos os mecanismos constitucionais, desde o Conselho de Estado até às Altas Autoridades para isto e para aquilo, os Conselhos independentes de que não foram seguidas as grandes orientações de fundo (bioética – saúde), o reforço da componente semi-presidencial do regime.

- Como pode um deputado contribuir para essa tarefa decisiva se a sua inclusão em listas foi objecto de trocas e compromissos e não necessariamente o resultado da escolha entre os melhores?

2) **A democracia participativa,**

apesar de algum progresso, incipiente é certo, que se verificou nos últimos vinte anos, foi um primeiro esboço do Terceiro Sector a ganhar voz no diálogo Estado/sociedade.

- Mas como pode aceitar-se o travesti da democracia participativa nas formas de intervenção pública de grupos corporativos
- a que não resistiram sequer as Forças Armadas?

A ACÇÃO POLÍTICA

Não é um emprego, não é uma obra pessoal. É um serviço da polis. Um grande bispo da Igreja nos primeiros séculos do cristianismo disse uma vez o seguinte:

“Quem é sábio que nos ensine;
quem é santo que nos edifique;
quem é prudente que nos governe.”

Ora a prudência é a constante adequação dos meios aos objectivos que queremos atingir. O que torna claro que o **exercício da política se exprime na acção.**

Não me parece compatível essa acção com a reflexão de analista político que produzem certos políticos – governantes ou parlamentares – quando estão no exercício das suas funções.

Essa confusão continua presente na atitude de políticos que, tendo na mão a possibilidade de agir quando exerceram funções electivas, vêm dizer depois o que “deve ser feito”! Quem assume uma função política não desperdiça essa rara oportunidade em intervenções de mera “opinião” – tem consigo os instrumentos necessários para intervir através das funções de Estado que lhe foram conferidas.

Por isso a governabilidade exige hoje Estados fortes, protagonistas da acção política que conheçam a realidade nos seus múltiplos aspectos e com uma noção muito clara das oportunidades e limites da acção política. E isto aos vários níveis de decidir/congregar/agir.

Ao nível da **decisão**:

perante as várias escolhas possíveis,

a decisão é simultaneamente técnica e política.

Técnica porque só pode ser incorporado na decisão o que fôr tecnicamente irrefutável.

Política porque fiel a uma orientação, a uma finalidade, a um entendimento lúcido do tempo presente.



- Não é no momento em que é necessário decidir que se vão criar comissões para partir do zero e esquecer o muito que já foi escrito ou até os resultados encontrados noutros países.

Ao nível da **coesão** que suscita:

perante as forças irracionais das pressões corporativas e dos consensos que são sempre rasteiros menores denominadores comuns,

a coesão exige não só a verdade mas também a acessibilidade dessa verdade.

- Qualquer que seja a decisão política e qualquer que seja a sua dignidade jurídica deve ser imediatamente transmitida, pelas formas mais convincentes a todos os cidadãos. O euro foi, nesta perspectiva, um exemplo a seguir.
- Não pode haver coesão nacional sem permanente **literacia política** para todos os cidadãos, qualquer que seja o seu estatuto, governantes e governados.

Ao nível da **acção**:

é aí que se manifesta o risco da imprevisibilidade.

A clareza de objectivos,
a lucidez sobre as motivações,
a medida da provável eficácia da acção,
a solidão necessária à independência dos decisores ao iniciar a acção,
a utilização rigorosa da variável tempo,
dão a medida exacta do empenhamento na acção.

Não agir é sempre negligência. Porque se partem os elos que ligam os vários aspectos da vida.

Uma decisão tomada e anunciada só se torna politicamente real quando se traduz na acção que lhe corresponde.



O SUPORTE ADMINISTRATIVO DA ACÇÃO POLÍTICA

A todos estes níveis a Administração Pública é indispensável já que ela é a cadeia de execução directa do governo, constitucionalmente seu órgão superior. Em alguns países europeus, incluindo o nosso, a administração pública está longe de ser, de facto, o serviço público, com o grau de autonomia e responsabilidade que lhe cabe.

O seu atraso é um dos factores impeditivos de uma acção política oportuna, como o mostrou o relatório feito em França: A função pública apresenta nesse país 15 anos de atraso quando comparada com as empresas!!

- Nas 2 últimas décadas a Adm. Pública tem-se esvaziado dos seus melhores quadros para recheiar os gabinetes ministeriais. E perdendo assim a sua capacidade executiva.
- Mais: não é raro que a todos os níveis dos órgãos do Estado os gabinetes funcionem como filtro e écran, distanciando os políticos dos cidadãos.



Já o recomendei várias vezes e torno a dizê-lo:

a próxima legislatura devia começar com uma sessão conjunta dos directores gerais e Governo.

Aí cada funcionário deveria trazer delineado a parte que lhe cabe do programa de acção do Governo e a indicação dos patamares de execução.

Ir-se-ia elaborando um quadro que garantisse o dinamismo da acção governamental e que fosse regularmente disseminado a toda a população.

A GOVERNABILIDADE E A INCERTEZA

Não é indiferente à governabilidade e ao progresso da democracia a instabilidade e a incerteza que caracterizam o universo material dos seres e dos fenómenos é vivida hoje com uma especial acuidade no mundo em que vivemos.

- Toda a instabilidade é ainda experimentada como uma ameaça, nunca como um desafio.
- Talvez seja essa a razão para o mito de maiorias absolutas, a esconder o medo sub-liminar do desconhecido.
- Ao mesmo tempo - e na teoria - toda a gente que defende a liberdade de consciência receia o monolitismo da disciplina partidária face a qualquer proposta. Mas como conciliar essas duas posições?

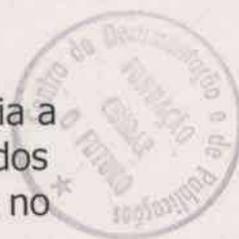
Em primeiro lugar, a instituição parlamentar tem de brotar da sociedade civil. Há mais de 20 anos que os politólogos denunciam os perigos da política profissional.

Também julgo que um dia a instituição parlamentar lidará em moldes inteiramente novos com a incerteza. Só poderá ser fiel à representatividade das convicções plurais da sociedade e ao alargamento dos saberes na sociedade de informação se abandonar as maiorias automáticas ditadas pelos partidos para seguir o caminho das "maiorias de ideias".

Em segundo lugar, quanto maior é a imprevisibilidade mais necessário se torna o conceito de planeamento.

Com o fim da economia de planificação central nos países comunistas, o conceito de planeamento sofreu, ao nível do Estado, uma derrocada geral. Mas a política ainda não foi capaz de se apropriar dele e de o tornar operacional, conduzindo-o, antes, a uma quase total deriva.

O planeamento é hoje muito mais difícil tecnicamente e muito mais exigente politicamente. Basta ter em linha de conta que o curto, médio e longo prazo do planeamento têm regras e actores diferentes mas que se entretecem numa contagem decrescente:





- O curto prazo é a matéria sobre que incide a acção governativa quotidiana e as tarefas que, sem qualquer justificação para serem adiadas, daí decorrem para administração pública.
- O médio prazo (de uma legislatura, p.ex.) é a ordem de prioridades estabelecida, a sua avaliação contínua, a clarificação dos seus patamares de execução no tempo, o entozamento do poder local com o poder central.
- O longo prazo é o horizonte último da acção política que permite perspectivar cada decisão. Nele intervêm com vantagem órgãos qualificados exteriores à administração pública. Não pode haver acção coerente sem o longo prazo. A acção política não pode ser uma manta de retalhos. É a concretização de uma visão. É a implementação sistémica de um projecto. Bill Gates disse há duas semanas numa entrevista à visão:
 - "A rentabilidade importa tanto como a investigação a longo prazo."
 - Ora se as empresas são cada vez mais dependentes da investigação a longo prazo, justamente porque o futuro é imprevisível e incerto, por que razão o universo político funciona mais como uma corporação de bombeiros?

A dificuldade do planeamento a longo prazo não é intransponível: há hoje instrumentos matemáticos, conceitos e indicadores das ciências sociais e programas informáticos que tornam possível as projecções em que hoje se exprime o planeamento e à sua rápida adaptação a possíveis turbulências.

ÉTICA E ACÇÃO POLÍTICA

É o carácter imprevisível do futuro que, paradoxalmente, intensifica a exigência da ética no horizonte da vida política. É a meu ver indispensável, para uma democracia que viva os problemas do nosso tempo, que esteja permanentemente presente o princípio de que "nem tudo o que é cientificamente possível e tecnologicamente viável é socialmente aceitável".

Este princípio exige mecanismos operacionais de que são exemplo: "Conselhos Nacionais de Bio-ética", "Conselhos de Avaliação de Novas Tecnologias", "Conselhos de ética sobre a 'mistura' de energias", "Conselhos de regulação dos media", etc.

Em todos estes casos se deve tratar de grupos formados pelas pessoas mais competentes existentes no país, independentes de qualquer pressão tanto do Estado como do mercado.



Uma das formas em que se manifesta a fraqueza do Estado é a permanência da sua irracional organização com divisões departamentais anacrónicas que têm atravessado as décadas. A democracia faz parte dos sistemas complexos; para que funcione em novos moldes tem de ir buscar à teoria dos sistemas alguns dos seus princípios fundamentais.

O entendimento hoje dos saberes e da acção é necessariamente sistémico. Se o saber é interdisciplinar, a organização do Estado terá de ser intersectorial. A sociedade não se manifesta hoje em áreas parcelizadas; antes, em sectores estruturantes onde se conjugam múltiplos sub-sistemas. O Estado não pode ignorar que as condições da sua própria organização são determinantes da eficácia da sua prática política.

Enquanto as décadas de 60 e 70 se caracterizaram pelos grandes movimentos sociais, de ideários inequívocos e de orgânica não escrita mas intuitiva, hoje os novos movimentos sociais, parte integrante do terceiro sector, apresentam a mesma fluidez que se encontra no sector do mercado. Têm uma natureza ad hoc, integram-se e ligam-se em grupos de áreas bem diferenciadas,

atingem uma massa crítica que lhes dá visibilidade e facilmente se diluem em novas entidades.

Mas adquiriram uma nova dimensão: constituem pilares da sociedade à volta dos quais outras necessidades, interesses, áreas se articulam e aglutinam.



Fundação Cuidar o Futuro

Fundação Cuidar o Futuro

A DEMOCRACIA HOJE

Nos caminhos do nosso percurso dito "democrático", reconheço que há vantagem em termos atravessado numa geração várias etapas. No momento em que a interrogação sobre a democracia se estende a novos e velhos países, é de um problema de civilização que se trata.

Interessa-me – impõe-se-me a pergunta – saber o que nessa nossa experiência levou a democracia a implodir não só na ética que a deve conduzir como também na eficácia dos seus próprios mecanismos.

Seduz-me, como tarefa urgente, tentar ver se nas ideias e nas realizações da segunda metade do séc.XX se esboçam novos fundamentos para a democracia.

Para que a democracia seja viável no séc.XXI, é preciso um outro recomeço. Mas não se trata de partir do zero.

Pelo contrário, a invenção da democracia requer que se tenham percorrido os momentos anteriores e que se tenha reflectido sobre eles. Só nesse momento, é possível dar um salto. E descobrir, vislumbrar, intuir novos paradigmas e assim, talvez, inventar a democracia.

Não é agora unicamente de democracia formal que se trata, mesmo que essa requeira a qualidade dos eleitos e numerosos ajustes nos próprios textos constitucionais.

Como pode um deputado contribuir para essa tarefa decisiva se a sua inclusão em listas foi objecto de trocas e compromissos e não necessariamente o resultado da escolha entre os melhores?

Também não se trata da democracia participativa, apesar de algum progresso, incipiente é certo, que se verificou nos últimos vinte anos.

Mas como pode aceitar-se o travesti da democracia participativa nas formas de intervenção pública de representantes de profissões



que têm os seus canais próprios de tornar conhecidas do Estado as suas aspirações ou dificuldades?

E ainda menos se trata da democracia directa que apenas tomou em geral formas ingénuas (manifestações, protestos, etc.)

Como podem os políticos pensar que o rodopio em período eleitoral substitui a democracia directa?

Entrámos em outros paradigmas que nos conduzem a sistemas e sub-sistemas que mudaram de natureza. Embora as ciências sociais não decorram directamente das ciências da natureza, os princípios da irreversibilidade, da instabilidade e da incerteza, bem como da auto-organização dos sistemas complexos, vão da Física à Política. Os novos paradigmas nascem da reflexão sobre o mundo e todas as transformações que tiveram lugar nos últimos 20/30 anos.

IRREVERSIBILIDADE E ACÇÃO POLÍTICA

Encontro essa noção de irreversibilidade no pensamento político da filósofa Hannah Arendt para quem o trabalho, a obra e a acção se encontram entretecidos na narrativa histórica – e não recapitulável – de cada pessoa. **O exercício da política exprime-se na acção.**

Não me parece compatível essa acção com a reflexão de analista político que produzem certos políticos – governantes ou parlamentares – quando estão no exercício das suas funções. Essa confusão continua presente na atitude de políticos que, tendo tido na mão a possibilidade de agir quando exerceram funções electivas, vêm dizer depois o que “deve ser feito”! Quem assume uma função política não desperdiça essa rara oportunidade em intervenções de mera “opinião” – tem consigo os instrumentos necessários para intervir através das funções de Estado que lhe cabem.

Por isso a governabilidade exige hoje Estados fortes, protagonistas da acção política que conheçam a realidade nos seus múltiplos aspectos e com uma noção muito clara das oportunidades e limites da acção política. Por isso é que os novos paradigmas, as novas teorias nos vários domínios científicos, não caem da árvore como a maçã de Newton! Assentam no conhecimento aprofundado dos pré-paradigmas, como lhes chama Thomas Kuhn, e na prática que acompanha a teoria. E isto a vários níveis.





Ao nível da **decisão**: perante as várias escolhas possíveis, a decisão é simultaneamente técnica e política. Técnica porque só pode ser incorporado na decisão o que fôr tecnicamente irrefutável. Política porque fiel a uma orientação, a uma finalidade, a um entendimento lúcido do tempo presente. Não é no momento em que é necessário decidir que se vão criar comissões para partir do zero e esquecer o muito que já foi escrito ou até os resultados encontrados noutros países.

Ao nível da **coesão** que suscita: perante as forças irracionais das pressões corporativas e dos rasteiros menores denominadores comuns que são os consensos, a coesão exige não só a verdade mas também a acessibilidade dessa verdade. Qualquer que seja a decisão política e qualquer que seja a sua dignidade jurídica deve ser imediatamente transmitida, pelas formas mais convincentes a todos os cidadãos. O euro foi, nesta perspectiva, um exemplo a seguir. Não pode haver unidade nacional e solidariedade internacional sem permanente **literacia política** para todos os cidadãos, qualquer que seja o seu estatuto.

Ao nível da **acção**: é aí que se manifesta o risco da imprevisibilidade. A clareza de objectivos, a lucidez sobre as motivações, a medida da provável eficácia da acção, a solidão necessária à independência dos decisores ao iniciar a acção, a utilização rigorosa da variável tempo, dão a medida exacta do empenhamento na acção. Não agir é sempre negligência. Porque se partem os elos que ligam os vários aspectos da vida. Uma decisão tomada e anunciada só se torna politicamente real quando se traduz na acção que lhe corresponde.

A todos estes níveis a Administração Pública é indispensável já que ela é a cadeia de execução directa do governo, constitucionalmente seu órgão superior. Em alguns países europeus, incluindo o nosso, a administração pública está longe de ser, de facto, o serviço público, com o grau de autonomia e responsabilidade que lhe cabe. Nas 2 últimas décadas a Adm. Pública tem-se esvaziado dos seus melhores quadros para recheiar os gabinetes ministeriais. Mais: não é raro que a todos os níveis dos órgãos do Estado funcionem como filtro e écran, distanciando os políticos dos cidadãos.

Considero que a próxima legislatura devia começar com uma sessão conjunta dos directores gerais e Governo. Aí cada funcionário deveria trazer elaborado o seu programa de acção e a indicação dos patamares de execução. Ir-se-ia elaborando um quadro que garantisse o dinamismo da acção governamental e que fosse regularmente disseminado a toda a população.

INSTABILIDADE E INCERTEZA

Não é indiferente à governabilidade a instabilidade e a incerteza que caracterizam o universo material dos seres e dos fenómenos. Toda a instabilidade é ainda experimentada como uma ameaça, nunca como um desafio. Talvez seja essa a razão para o mito de maiorias absolutas, a esconder o medo sub-liminar do desconhecido. Ao mesmo tempo - e na teoria - toda a gente que defende a liberdade de consciência receia o monolitismo da disciplina partidária face a qualquer problema. Mas como conciliar essas duas posições?

Em primeiro lugar, a instituição parlamentar tem de brotar da sociedade civil. Há mais de 20 anos que os politólogos denunciam os perigos da política profissional. Também julgo que um dia a instituição parlamentar lidará em moldes inteiramente novos com a incerteza.

Só se sentirá fiel à representatividade das convicções plurais da sociedade e ao alargamento dos saberes na sociedade de informação se abandonar as maiorias automáticas ditadas pelos partidos para seguir o caminho das "maiorias de ideias".

Em segundo lugar, quanto maior é a imprevisibilidade mais necessário se torna o conceito que caracterizou a actividade política nas décadas de 50 a 70 e que é indispensável hoje na vida científica e empresarial - o conceito de planeamento. Mas a política ainda não foi capaz de se apropriar dele e de o tornar operacional, conduzindo-o, antes, a uma quase total deriva. Com o fim da economia de planificação central nos países comunistas, o conceito de planeamento sofreu, ao nível do Estado, uma derrocada geral.

O planeamento é hoje muito mais difícil tecnicamente e muito mais exigente politicamente. Basta ter em linha de conta que o curto,



médio e longo prazo do planeamento têm regras e actores diferentes:

O curto prazo é a matéria sobre que incide a acção governativa quotidiana e as tarefas que, sem qualquer justificação para serem adiadas, daí decorrem para administração pública.

O médio prazo (de uma legislatura, p.ex.) é a ordem de prioridades estabelecida, a sua avaliação contínua, a clarificação dos seus patamares de execução no tempo, o entozamento do poder local com o poder central.

O longo prazo é o horizonte último da acção política que permite perspectivar cada decisão. Nele intervêm com vantagem órgãos qualificados exteriores à administração pública. Não pode haver acção coerente sem o longo prazo. A acção política não pode ser uma manta de retalhos. É a concretização de uma visão. É a implementação sistémica de um projecto.

"A rentabilidade importa tanto como a investigação a longo prazo.", dizia Bill Gates na Visão. Ora se as empresas são cada vez mais dependentes da investigação a longo prazo, justamente porque o futuro é imprevisível e incerto, por que razão o universo político funciona mais como uma corporação de bombeiros?

Evidentemente que o planeamento a longo prazo na vida política é difícil, mas há hoje instrumentos matemáticos, conceitos das ciências sociais e programas informáticos que tornam possível as projecções em que hoje se exprime o planeamento e à sua rápida adaptação a possíveis turbulências. No seu livro "Le retour du complexe", Ilya Prigogine, salvaguardando embora as diferenças epistemológicas entre as ciências da natureza e as ciências humanas.

É o carácter imprevisível do futuro que, paradoxalmente, intensifica a exigência da ética no horizonte da vida política. Quando falo em ética, não estou a referir-me à deontologia de cada actividade e assim também da actividade política. Essa deontologia é tão importante como qualquer outro conteúdo especializado da formação profissional e a esse nível deve ser parte crucial de qualquer curriculum.



Ao falar em ética, estou a situar a questão a outro nível, aquele que extravasa de um domínio específico para poder vir a ter uma influência decisiva na evolução e mesmo sobrevivência da humanidade.

É a meu ver indispensável, para uma democracia que viva os problemas do nosso tempo, que esteja permanentemente presente o princípio de que "nem tudo o que é cientificamente possível e tecnologicamente viável é socialmente aceitável". Este princípio traduz-se em corolários operacionais de que são exemplo: "Conselhos Nacionais de Bio-ética", "Conselhos de Avaliação de Novas Tecnologias", "Conselhos de ética sobre a 'mistura' de energias", "Conselhos de regulação dos media", etc.

Em todos estes casos se deve tratar de grupos formados pelas pessoas mais competentes existentes no país, independentes de qualquer pressão tanto do Estado como do mercado.



Uma das formas em que se manifesta a fraqueza do Estado é a permanência da sua irracional organização com divisões departamentais anacrónicas que têm atravessado as décadas.

A democracia faz parte dos sistemas complexos; para que funcione em novos moldes tem de ir buscar à teoria dos sistemas alguns dos seus princípios fundamentais.

O entendimento hoje dos saberes e da acção é necessariamente sistémico. Se o saber é interdisciplinar, a organização do Estado terá de ser intersectorial. A sociedade não se manifesta hoje em áreas parcelizadas; antes, em sectores estruturantes onde se conjugam múltiplos sub-sistemas.

O Estado não pode ignorar que as condições da sua própria organização são determinantes da eficácia da sua prática política.

Enquanto as décadas de 60 e 70 se caracterizaram pelos grandes movimentos sociais, de ideários inequívocos e de orgânica não escrita mas intuitiva, hoje os novos movimentos sociais, parte integrante do terceiro sector, apresentam a mesma fluidez que se

encontra no sector do mercado. Têm uma natureza ad hoc, integram-se e ligam-se em grupos de áreas bem diferenciadas, atingem uma massa crítica que lhes dá visibilidade e facilmente se diluem em novas entidades.

Mas adquiriram uma nova dimensão: constituem pilares da sociedade à volta dos quais outras necessidades, interesses, áreas se articulam e aglutinam.

Considero indispensável distinguir, ao menos, dois desses pilares: "saúde", "educação". Chamo-lhes pilares para tentar indicar que não correspondem a ministérios nesses domínios nem a medidas para execução de políticas. Correspondem, sim, a sistemas complexos que traduzem uma visão holística da sociedade.

Assim a saúde é, ao mesmo tempo, a narrativa de uma população e dos fundamentos da qualidade de vida, a incorporação nas pessoas do seu devir em termos psico-somáticos, as decisões relativas aos lugares em que dá a produção social da doença.

Nela convergem as condições de nutrição, a habitabilidade dos espaços de vida, o grau de comunhão com a natureza, o binómio casa-trabalho e a rede de transportes que o torna vivível, a civilidade nas relações anónimas, a atenção aos outros enquanto parte de uma ética de cuidado.

Por seu turno, a educação é o processo de maturação do sujeito, a sua integração consciente numa comunidade, numa história de factos e de ideias, na língua materna e nas línguas que estruturam o seu espírito na alteridade, condição de aceitação do outro e, no limite, de uma cultura de paz.

Vista assim, a educação está muito longe dos problemas de primeiro grau de curricula, tempos escolares e outros aspectos menores em que parece esvair-se qualquer projecto educativo.

Ela será a aquisição, após a base de localização do sujeito no tempo e no espaço, de qualificações transferíveis, capazes de servirem nas situações mais diversas, de se imporem pela sua flexibilidade aos ditames do mercado e de estabelecerem assim as condições para vidas profissionais pessoalmente felizes e socialmente produtivas.



Um terceiro pilar abarca a economia, o social e o ambiente? a economia tem de assumir-se como instrumento que é, ao serviço, como já dizia Aristóteles, da qualidade de vida.

É essa mesma noção da economia que desfaz o mito dos que dizem que dão "prioridade ao social". O social que apenas é redistributivo já não pode responder às necessidades reais e não pode constituir-se à base do que o crescimento económico fôr permitindo.

Como já estão a entendê-lo muitas empresas a responsabilidade social é parte da dinâmica da empresa porque a economia hoje tem de internalizar os custos sociais.

De igual modo, a questão ambiental, pela gravidade que assumiu, tem de deixar de ser algo que se penaliza a juzante dos processos de produção e consumo. Não há hoje dúvida de que é urgente internalizar o ambiente na economia. É, pois, numa outra economia que é preciso pensar.

Estou convencida de que a capacidade de agarrar o tempo histórico que vivemos, de lhe perceber os paradigmas que carrega, de investigar as consequências que se podem repercutir na Política, é hoje a qualidade que se requer para que a democracia do séc.XXI comece a despertar nas inteligências e nas vontades. Utopia! – dirão os que instintivamente se fecham no seu casulo tradicional. Respondo com as palavras de Edgar Morin numa entrevista dada ao jornal "Le Monde" no fim do ano passado: "Faço uma diferença entre a boa e a má utopia. A má utopia é a que pretende trazer a harmonia de todos, a transparência total."

"Uma boa utopia é uma coisa que não é realizável no momento imediato mas que tem uma possibilidade de vir a ser real." É essa utopia que me entusiasma. É a essa utopia que vale a pena recorrer para inventar a democracia.

Maria de Lourdes Pintasilgo

